



COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

Relatório de Audiência

Dia: 29 de Março de 2011

Hora: 14h10

ENTIDADE: Liga dos Amigos do Jardim Botânico, representada por: Dr.ª Manuela Correia, acompanhada por Joana Morão (Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico), Arq.ª Gonçalo Ribeiro Telles (Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas), Paulo Daniel (QUERCUS Lisboa) e João Pinto Soares (Associação Lisboa Verde).

Recebido por:

Deputados João Serrano (PS), Helena Lopes da Costa (PSD), Catarina Martins (BE) e João Oliveira (PCP).

O Senhor Deputado João Serrano, coordenador do Grupo de Trabalho, deu as boas-vindas aos representantes da Liga dos Amigos do Jardim Botânico e, de seguida, deu a palavra à Dr.ª Manuela Correia, que passou a expor as preocupações da Liga sobre o Plano de Pormenor do Jardim Botânico e do Parque Mayer.

A Dr.ª Manuela Correia começou por informar que foi constituída uma plataforma para defesa do Jardim Botânico que conta já com 11 organizações, algumas de âmbito nacional. Entretanto, elaboraram também uma petição sobre o assunto, a qual se encontra pendente na Assembleia da República, com a finalidade de alertarem os decisores políticos para o grave problema do Jardim Botânico.

Alertaram para o risco de sobrevivência do património vivo e do património edificado do Jardim Botânico, apesar de este ter sido classificado como monumento nacional desde o final de 2010. A Liga congratula-se com o processo de discussão pública do plano de pormenor desta área, mas referiu os perigos graves que o mesmo representa. Referiram que não está a ser cumprida a lei que protege os monumentos nacionais, nomeadamente com desrespeito pela zona de protecção de 50 metros em redor do monumento, tendo entregue um CD contendo documentação vária e imagens que comprovam esse desrespeito.

A representante da Liga informou também que entendem necessário existir um estudo específico que acompanhe o plano de pormenor para o Jardim Botânico. Fez referência aos imóveis de alto valor patrimonial existentes no Jardim Botânico, nomeadamente o laboratório astronómico, as estufas, o banco de sementes, a cantina da Faculdade de Ciências), que são



COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

edifícios que fazem parte da história do País. Alertou também para o facto de as cisternas jesuítas, que garantiam a auto-sustentabilidade hídrica do Jardim, que estão paradas há dezenas de anos, com a consequência de neste momento a maior fatia financeira do Jardim ser usada para pagar a conta da água.

Quanto ao património vivo, deram conta que está feita a inventariação das árvores que precisam de ser intervencionadas, que é necessário arranjar os caminhos do Jardim, reestruturar o banco de sementes e melhorar as estufas de exibição e de investigação. Reiteraram que o plano de pormenor não permite a preservação destas estruturas e deste património. Referiram o facto de o plano de pormenor prever a alienação de 4 hectares do terreno do Jardim e um falso aumento do Jardim feito através de um contínuo visual verde, que, na verdade, quer dizer que a muralha de construção que vão fazer à volta do Jardim Botânico via ter por cima coberturas verdes (constituída por relva e alguns arbustos pequenos), o que é diferente de um prolongamento funcional e ecológico, que é o defendido pela Liga, utilizando-se flora autóctone.

Alertaram também para a forma como no plano de pormenor se prevê o “arrumo” dos equipamentos do Jardim Botânico e das estufas, num edifício de 4 andares, com a consequência óbvia de uma estufa num andar não permitir a existência de árvores ou da maioria das plantas do Jardim. Para além disso, não há estudos hidrogeológicos nem arqueológicos para a intervenção na zona, havendo preocupações quanto ao excesso de construção permitida pelo plano de pormenor.

Concluiu, defendendo a criação de uma bolsa financeira para a sustentabilidade do Jardim Botânico, em que os parceiros que vão fazer parte da reformulação deste projecto tenham uma responsabilidade em termos ambientais.

Usou também da palavra a Sr.^a Joana Morão, para defender a necessidade de respeito pela zona especial de protecção, que se estende até à Av. da Liberdade e ao Rossio.

Terminada a exposição, seguiu-se uma breve fase de debate, no qual intervieram todos os Senhores Deputados presentes, que colocaram questões sobre a concretização dos exemplos de não cumprimento da legislação de protecção dos monumentos nacionais, a situação do plano de pormenor na Câmara Municipal de Lisboa, e qual a actuação da Liga quanto ao não cumprimento da zona de protecção do monumento. Os deputados informaram ainda que, do ponto de vista parlamentar, a actuação passará pela fiscalização política em relação ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, responsável por esta matéria; que a petição apresentada pela Liga tinha sido apreciada na Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local, tendo sido aprovado o respectivo relatório, e que tinha sido também apresentado pelo BE um projecto de resolução que acolhia as preocupações expressas nessa petição, com a finalidade de ser discutido em conjunto com a petição, quando esta for agendada para o Plenário da Assembleia da República.



COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

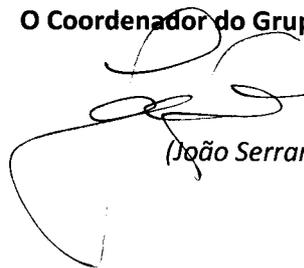
A representante da Liga dos Amigos do Jardim Botânico esclareceu que o CD que entregou tem documentação relativa ao não cumprimento da lei de protecção dos monumentos nacionais, o qual foi também enviado à Câmara Municipal de Lisboa e ao IGESPAR; que o plano de pormenor, após a fase de discussão pública, na qual a Liga participou enviando a sua reflexão, se encontra em fase de aprovação na Câmara Municipal de Lisboa e ainda não foi enviado à Assembleia Municipal. Informou ainda que, em relação aos incumprimentos da lei, a Liga ainda não actuou em termos judiciais, mas tenta a preservação do património, tendo apresentado uma candidatura do Jardim Botânico ao World Monuments Found, entidade que é a mais credibilizada a nível mundial na preservação de monumentos, e que vai apresentar em breve uma queixa à Comunidade Europeia, porque Portugal assinou 7 convenções nesta área e nenhuma delas está a ser cumprida.

Finalmente, o Arq.º Gonçalo Ribeiro Telles lembrou que está em revisão o plano director municipal de Lisboa, o qual vai concretizar tudo o que se quiser fazer em relação ao Jardim Botânico, que é uma peça fundamental da cidade de Lisboa, tendo realçado também a função do Jardim na redução da poluição da Baixa Pombalina.

O Senhor Deputado João Serrano agradeceu os esclarecimentos prestados e encerrou a audiência pelas 15h, a qual foi gravada em suporte áudio, que faz parte integrante do presente relatório.

Palácio de São Bento, em 29 de Março de 2011

O Coordenador do Grupo de Trabalho



(João Serrano)